



Espaço Pedagógico



Câmpus São Miguel do Oeste
ANO 2 | Nº 01

Falando nisso...

Marga Carvalho

APRENDIZAGEM
COLABORATIVA
E
COOPERATIVA!



Em nossa Reunião Pedagógica do dia 22/02, o prot. Dr. José Wnilson Figueiredo, do IFC de Concórdia, refletiu conosco sobre a prática colaborativa e cooperativa em sala de aula. Trago aqui, parte do artigo “Ensino colaborativo em ciências exatas”, que destaca as principais características e as vantagens da utilização de esquemas colaborativos em sala de aula:

Aprendizagem colaborativa é um termo abrangente que designa uma variedade de abordagens educacionais que envolvem esforço intelectual conjunto por parte dos estudantes ou de estudantes e professores. Normalmente, estudantes trabalham em grupos de dois ou mais, procurando entendimento sobre um determinado assunto, buscando soluções de problemas ou criando produtos. Ela pode ser definida como o uso instrucional de pequenos grupos, de forma que estudantes trabalham juntos para maximizar o próprio aprendizado e o aprendizado de todos.

A maioria das atividades de aprendizado colaborativo centra-se na exploração, ou aplicação, do material do curso, não apenas na apresentação do professor ou de sua explicação.

Em alguns esquemas de aprendizado colaborativo, a tarefa dos estudantes é criar um produto claramente delineado; em outros, a tarefa não é obter um produto, mas sim participar em um processo – um exercício de responder a um trabalho estabelecido – ou se engajar na análise e construção de um significado.

Diferença principal entre cooperação e colaboração:

➤ Em um esquema **colaborativo** todos trabalham em conjunto sem distinções hierárquicas, tendo suas habilidades respeitadas e seus pontos de vista discutidos, em um esforço coordenado a fim de alcançar o objetivo ao qual se propuseram.

➤ No esquema **cooperativo**, a estrutura hierárquica prevalece e cada um dos membros da equipe é responsável por uma parte da tarefa; esta estrutura é projetada para que se alcance o objetivo proposto de forma mais rápida e fácil.

BARBOSA, Augusto César de Castro. CONCORDIDO, Cláudia . R. **Ensino colaborativo em ciências exatas**. Disponível em: <http://www.ensinosauedeambiente.uff.br/index.php/ensinosauedeambiente/article/viewFile/55/55>. Acesso em 15/03/16.

VICHINSKY, Wanderlei G. JUNIOR, Carlos Fernando de Araújo. **Atividades colaborativas no ensino de ciências e matemática: percepção de alunos e professores**. Disponível em: <http://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/epd/article/viewFile/488/409>. Acesso em 15/03/16.

Aprendizagem
colaborativa

O foco é no **processo**

As atividades dos membros do grupo são geralmente **não estruturadas**: os seus papéis são definidos à medida que a atividade se desenvolve.

Com relação ao gerenciamento das atividades, a **abordagem é centrada no aluno**.

O professor não dá instruções aos alunos sobre como realizar as atividades em grupo.

Aprendizagem cooperativa

O foco é no **produto**

As atividades dos membros do grupo são geralmente **estruturadas**: os seus papéis são definidos a priori, sendo resguardada a possibilidade de renegociação desses papéis.

Com relação ao gerenciamento das atividades, a **abordagem é centrada no professor**.

O professor dá instruções aos alunos sobre como realizar as atividades em grupo.

Fala professor@!

Dolores Walschick

Queridos colegas, hoje vou compartilhar com vocês uma experiência de sala de aula que me trouxe muita satisfação!



O ato de ensinar algo a alguém é muito complexo, uma vez que cada ser possui uma percepção de realidade diferenciada e isso, muitas vezes, causa certa insatisfação ao professor porque nem todos conseguem assimilar o conteúdo ministrado. Por outro lado, é essa insatisfação que faz com que busquemos sempre alternativas de ensino que sejam eficientes a um número maior de alunos. Essa busca é constante e, ao longo de minha vida de docente experimentei várias alternativas.

Hoje, vou relatar uma aula realizada aqui no IFSC-SMO na disciplina de Cartografia Ambiental. O assunto abordado foi “como mensurar a declividade do terreno de forma expedita e prática por meio de instrumental de acesso fácil na propriedade”.

Primeiramente, dialoguei com os alunos sobre o tema em sala de aula. Depois, a turma foi dividida em três grupos de alunos e cada qual teve que confeccionar, em casa, o instrumental que lhe foi designado (régua e nível de pedreiro; esquadro e; nível de mangueira) e trazer na aula seguinte para demonstrar aos demais colegas como ele pode ser utilizado para determinar a diferença de nível e, a partir deste, como proceder para calcular a declividade do terreno.

A demonstração com os instrumentos e a explicação de cada grupo aconteceu no barranco na frente do IFSC-SMO. Após a demonstração e explicação, coleta e anotação dos resultados obtidos, todas as turmas voltaram pra sala de aula e cada grupo fez a demonstração do cálculo da declividade no quadro, comparando, posteriormente, os resultados com os demais grupos.

Geralmente esse é um assunto de difícil percepção pelos alunos e, utilizando esse procedimento, percebi que o fato de terem que construir o instrumental, trazê-lo pra aula, demonstrar e explicar na prática facilitou o entendimento e a aplicação em situações reais de campo. ©

No divã!

Aline Pickler



Educação Inclusiva no Ensino Médio e Ensino Superior: possibilidades para estudantes com deficiência

Nos últimos anos, vem crescendo o número de estudos sobre a Educação Inclusiva no Brasil, sendo esse um assunto bastante polêmico, controverso e gerador de dúvidas. Considera-se pessoas com necessidades educacionais especiais aquelas com deficiência, altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento. Na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, temos o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), que tem por objetivo contribuir com a implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos alunos com necessidades específicas, além de atender esses alunos e seus professores. Outro objetivo desse Núcleo é desenvolver ações que possibilitem a reflexão sobre as barreiras que alunos com deficiência enfrentam em sua rotina escolar. De acordo com o Programa Federal TEC NEP (2000), que deu origem a criação dos NAPNE's, essas barreiras classificam-se, basicamente, em: barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais.

A **acessibilidade arquitetônica** refere-se às ações voltadas à eliminação das barreiras físicas do ambiente.

A **acessibilidade educacional** refere-se às ações destinadas a superação das barreiras comunicacionais enfrentadas nas trocas sociais e sistemas comunicativos impressos ou digitais, bem como dos obstáculos nas formas de organização das práticas pedagógicas, incluindo práticas de ensino e avaliação. E, ainda um último nível de **acessibilidade, a atitudinal**, que consiste na necessidade de remover barreiras que se apoiam nos preconceitos, estigmas e estereótipos acerca das pessoas com deficiência. Uma vez que a mudança de atitudes, representações e comportamentos é um dos focos da Psicologia, cabe aprofundar a contribuição dessa ciência na construção da educação inclusiva no contexto escolar. Diante disso, não basta desenvolver ações para as pessoas com deficiência, é preciso empoderá-las, proporcionar-lhes mais condições para que lutem pela inclusão e a protagonizem, em vez de simplesmente facilitar seu acesso ao conhecimento. A Psicologia, nesse contexto, deve ampliar seu raio de ação entre as pessoas com deficiência, para além das práticas históricas de avaliação e classificação. Cabe à Psicologia comprometer-se especialmente com a superação das barreiras atitudinais que limitam a participação e cidadania desse grupo social. ✍

Consulta: **Experiências Profissionais em Psicologia**. 1ª Edição. 2006. Brasília-DF. Conselho Federal de Psicologia.
NAPNE. <http://www.ifsc.edu.br/menu-napne>

A escola e o social

Adriana Schmitt

Inclusão e exclusão social na escola

Dizem vários estudiosos que a inclusão/exclusão social e pessoal é fruto da falta de equilíbrio entre o "Poder e uso do poder". A exclusão social pode ser entendida como um processo multifacetado de privações do indivíduo de: pertencimento, materiais, acesso aos bens produzidos socialmente, condições dignas de convivência saudável em situações de igualdade com o grupo, etc.. Ela surge da ação humana pelas vias políticas, sociais e culturais, e da atitude ou postura resultante da interação entre os conviventes de uma equipe, grupo, família, de um espaço social.

Excluir é dar as costas a um abraço, fechar as portas das oportunidades, criar situações que podem determinar, objetiva ou subjetivamente, o sucesso na vida de alguém.

No ambiente educacional, que visa a formação humana, é preciso trabalhar para mudar atitudes e culturas, para coibir a ação de segregar, separar, distinguir ou pôr a parte pessoas de um determinado grupo. Ações estas, vistas como resultado de uma percepção cultural que privilegia ou distingue um aspecto físico, cultural, social, econômico, étnico, que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos. Na escola elas aparecem, principalmente, como *bullying*, fofocas, maus tratos, preconceitos, comportamentos abusivos de superioridades.

A linha que separa o bem do mal não passa pelo Estado, nem entre classes, tampouco por partidos políticos, mas exatamente em cada coração humano, e por todos os corações humanos". (Soljenitsin)

Enquanto isso...no Programa Mulheres Sim

Cleverson Rachadel



A importância da qualificação da mulher

A formação e capacitação de mulheres, no contexto da Educação Para Jovens e Adultos, tem recebido prioridade especial para a disponibilização de vagas no IFSC. Por isso mesmo, existem projetos específicos, como Mulheres Mil e Mulheres Sim.

O Programa Mulheres Sim atende mulheres sem exigir grau mínimo de escolaridade. Seus cursos estimulam o empreendedorismo feminino no âmbito da economia solidária. Desse modo, também incentiva o associativismo e o cooperativismo.

Dedicar cursos às mulheres é atender um público que teve reduzidas oportunidades de estudo na juventude. Além disso, sabe-se que as mulheres que se formam e se capacitam, estendem seus benefícios para a família e a comunidade, pois trazem parentes e vizinhos para a escola, e pensam mais frequentemente no bem da família.

O câmpus São Miguel do Oeste participa, pelo segundo ano consecutivo, do Programa Mulheres Sim. No último dia 10 de março, foi realizada a aula final da turma **Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino**. A turma realizou três Feiras de Economia Solidária, desenvolveu produtos artesanais e alimentícios, participou de oficinas de informática, estudou sobre gestão, finanças, negócios, comunicação, sociedade e saúde. Nossas expectativas são de que o Programa Mulheres Sim prossiga com seu enfoque na economia solidária e que aborde novas áreas produtivas, diversificando assim sua oferta no câmpus e atendendo demandas diferentes.